

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO:

mulheres ferroviárias e trabalhadores-migrantes em MS*

Maria Madalena Dib Mereb Greco e Nataniél Dal Moro*****

(UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

Introdução

Esse artigo é uma análise de aspectos da história de mulheres ferroviárias e de trabalhadores-migrantes do estado de Mato Grosso do Sul, pois estes dois componentes entrelaçam-se na teia que compõe parte da história deste Estado.

Metodologia

Utilizou-se a metodologia qualitativa que consistiu em duas fases. Na primeira realizou-se a leitura bibliográfica, a coleta, a seleção e a análise de materiais documentais, como artigos de jornais. Na segunda foram entrevistadas mulheres ferroviárias e trabalhadores-migrantes por meio de questões abertas e dirigidas.

1. Mulheres ferroviárias

“Eu enrolava o menino na manta de algodão, não tanto pelo frio, mais em função dos mosquitos, extremamente agressivos, que atacam as pessoas e animais na região pantaneira, descia do vagão e pacientemente esperava passar aquela centopéia de ferro e aço, que carregava em suas entranhas combustível, gasolina, álcool e diesel. O menino não acordava, já havia se habituado ao barulho, o ranger das rodas em fricção com os trilhos.

A lua não estava ainda muito alta, não era tão tarde, mas para quem mora no meio do nada, alagado, com inúmeros riscos, sem energia elétrica, sem conforto de água encanada, televisão, ou ao menos uns vizinhos para conversar, vai-se dormir muito cedo, ao pôr-do-sol”.

Este trecho da entrevista oral realizada durante esta pesquisa sobre a função das mulheres, companheiras de ferroviários que trabalhavam durante todo o trecho do pantanal ou do cerrado sul-mato-grossense é impressionante, pela determinação e tranquilidade.

* Trabalho elaborado para apresentação no XXII Simpósio Nacional de História, entre os dias 27 de julho a 1 de agosto de 2003, na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil.

** Graduanda em História e aluna-pesquisadora pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: programakg@ucdb.br

*** Graduando em História e aluno-pesquisador pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: natanieldalromo@bol.com.br

Determinação, pois estavam conscientes que sem sua presença junto ao companheiro de vida em comum, estes jamais teriam conseguido ficar tanto tempo tão isolados, sabiam-se necessárias; e tranqüilas, são fortes ou fizeram-se assim para suportar as duras imposições que esta vida de reclusão voluntária lhes impunha.

São Aurelianas, Marias, Cristinas, Maras e tantas outras que narram suas vidas sem se aperceber que neste universo tão masculino, positivista – de ordem e progresso –, avanço sobre o “sertão” para civilizar, ligar o Brasil, a ferrovia vista como “artérias” que irrigariam o corpo do país, energizando, fazendo crescer, tem um papel fundamental, o de fixar estes núcleos de trabalho.

Em todas as narrativas, encontra-se este personagem feminino nas sombras, foram esposas, enfermeiras, faxineiras, cozinheiras, relações públicas, comerciantes, mascates, professoras e tantas outras funções importantes no contexto de ligação com o “outro” mundo, que não o ferroviário, sem sequer dar-se conta. Apenas foram, na informalidade, sem remuneração e reconhecimento.

Nos recônditos do pantanal e do cerrado eram as companheiras dos ferroviários que por vez elevavam o “status” do companheiro na função que ocupava. A estação mais limpa, mais bem encerada, a comida servida para as turmas de inspeção, a roupa de cama mais branca, a farda mais bem passada, a troca feita com os moradores das fazendas da redondeza, onde se conseguia leite, queijo, frutas frescas da época, através de escambo, sejam de um artesanato (tapetes, bordados, roupas simples...) por estas mulheres confeccionados ou pela economia dos produtos industrializados, muito cobiçados pelos camponeses.

A caminhada diária variava de três a cinco quilômetros para conseguir uma carne fresca, ou latas de carne conservadas na banha de porco, as únicas durante todo o mês, ou quem sabe quando seria a “folga”, para vir na cidade comprar. A procura de uma erva para curar uma picada de inseto que inflamou, uma criança para levar ao rezador, já que não tem recurso médico próximo.

A água chegava a cada quinze dias pelo trem aguadeiro e ficava acondicionada nos algibres (caixas d’água de cimento sobre o solo), era necessário ferver para o consumo, água salobra (salgada), pesada, de difícil consumo para quem não era da região; pescar no final de tarde para conseguir peixe, complementando a alimentação da família, sempre cuidando o entardecer, hora preferida das sucuris e outras cobras venenosas, “pois elas saem na fresca da manhã e da tarde”, segundo um depoimento de Cristina, que morou na Estação de Guia Lopes, região pantaneira. Esta Estação, em particular, ficava apenas ela e o marido, não tinha estradas e o acesso era apenas por trem, por tratar-se de área do Exército brasileiro. O contato com outras pessoas era apenas nas paradas do trem ou com moradores das fazendas da região. Cristina deixou muitos amigos por onde passou, sendo foi muito solícita com as parturientes, com uma mãe que necessitava acompanhar um membro da família doente na cidade e ela sempre se dispunha a cuidar dos outros filhos, tomava tabuada, ensinava a ler, dava noções de higiene.

Sua fama de boa cozinheira de carne de caça (jacaré, capivara, paca, cutia, porco montês...) corria a linha e sempre com um sorriso claro recebia quem se achegasse da Estação. Este casal tinha fama de bons anfitriões. Faziam as relações de boa vizinhança e enalteciam o nome da ferrovia.

Aureliana morava dentro de vagões, não tinha outra opção e o esposo somente aceitou trabalhar no Km 50 (estação próxima ao Porto Esperança) por estar em companhia da esposa e do filho. Morar em vagões era muito comum no pantanal, a falta de residências e muito trabalho, que necessitavam com frequência de mais funcionários nestes locais. Somente com a família era possível suportar tamanho sofrimento imposto pela região pantaneira. A falta de contato com outras pessoas, a presença de animais agressivos ao homem, calor e umidade quase insuportáveis e as nuvens de mosquitos (pernilongos) tornava penosa a permanência neste trecho da ferrovia.

Seu filho mais velho que viveu com os pais até os sete anos, período que veio morar com a tia na cidade para estudar, teve muitos problemas de adaptação com a vida em outra sociedade, não estava habituado a conversar ou ver muita gente junta, ou como diz sua mãe nos depoimentos: “era um bicho do mato”.

Dona Aureliana narra na entrevista com um olhar perdido nos pensamentos de sua permanência na estação de Porto Esperança nos meses de março a julho, período das cheias do pantanal, uma vez que não era possível sair no quintal, as portas, cerradas ao meio para poder ventilar a casa eram calafetadas na parte de baixo, para ficar sem uma única fresta, pois era muito perigosa a entrada de cobras por estas, uma enxada ou pau ficava sempre a mão para o caso de uma ou outra escapar e entrar na casa. As roupas eram lavadas no banheiro da família, crianças ficavam a maior parte do tempo em cercadinhos altos do chão, por medida de segurança. Não era possível ter criação de nenhum animal doméstico, pois as sucuris infalivelmente os devoravam. Narra ainda que para atenuar as crises de bronquite do filho mais velho, recorria a muitas receitas caseiras, como banha de capivara, tatu e mesmo caçou uma sucuri para retirar sua banha e fazer remédio. Não era possível abandonar seu posto para fazer tratamento da criança na cidade, pois era necessária neste contexto ferroviário.

No cerrado não era mais fácil de viver. Região com poucas chuvas, poeira, isolamento e uma imensidão de pastos ou vegetação rala compunham a paisagem. Morar em Arlindo Luz, uma estação intermediária entre Campo Grande e Três Lagoas, sem água e energia elétrica, só foi possível porque Cristina, Mara e outras se dispuseram a acompanhar seus maridos, os agentes de estação.

A ferrovia sempre esqueceu destas mulheres, mesmo quando institucionalizou a presença feminina nos seus quadros funcionais. Estas sempre ganhavam muito menos, ocupavam cargos de pequena importância, e quando seus maridos eram prestadores de serviços da ferrovia, no caso dos postos de alimentação, os P.As., distribuídos ao longo da linha férrea para alimentar os

trabalhadores da ferrovia, o papel da mulher é fundamental. Nominalmente o prestador de serviços era o homem, porém quem levantava as três da madrugada para começar a preparar o café da manhã e o almoço sempre foi a mulher. Um dos mais famosos P.As. da região de Campo Grande, foi sem dúvida o de Dona Nadir, que casada com seu Antonio Brito, criou e formou seus filhos, um deles chegou a ser chefe de estação de Campo Grande, cozinhando durante quase trinta anos. Negra, com os cabelos já brancos, coluna arcada de tanto trabalho, lembrava sempre de todos os que passaram pela sua “casa”, pois invariavelmente amanhecia e anoitecia em seu restaurante.

Segundo Lidia Maria Vianna Possas, em seu livro: “Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista”, que cita a fala de uma de suas entrevistadas: “O que teria eu para dizer de importante?” (2001, p. 235). Isto configura a afirmação da naturalidade que as mulheres ferroviárias tinham de viver à sombra do companheiro e ter seu trabalho não reconhecido formalmente, uma vez que isso foi explicitado durante as entrevistas realizadas com as mulheres ferroviárias no estado de Mato Grosso do Sul. Porém, mesmo sem clareza na percepção, a importância destas mulheres foi muita.

Através da pesquisa oral, ora usando de recursos de deixar simplesmente a memória fluir, selecionando, deixando que separassem os bons e espantando com a mão o pensamento incomodo de fases tristes, incômodas; ou delimitando perguntas sobre a forma de inserção de suas vidas na ferrovia. Apercebeu-se a mágica da descoberta de um mundo não pessoal, mas coletivo, onde as mulheres podem ser consideradas o outro trilho, há a necessidade de ter dois para se fazer o trem rodar, estar paralelo, juntos, neste universo onde a outra paralela é feminina.

2. Trabalhadores-migrantes

Os trabalhados-migrantes de Mato Grosso do Sul possuem parte de suas origens nos milhares de migrantes que adentraram o estado de Mato Grosso Uno nas primeiras décadas do século vinte, sendo que na obra intitulada “Migrações internas no Brasil: 1872-1970”, de autoria dos professores Douglas H. Graham e Sergio Buarque de Hollanda Filho encontra-se uma análise deste processo migratório no Oeste do Brasil.

“Antes de 1920 a região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) era tão pouco povoada que os índices de migração tornam-se pouco significativos. De 1920 a 1940, entretanto, ambos os estados começaram a registrar volumes significativos de migração positiva. [...] Em Mato Grosso, com exceção de uma pequena interrupção nos anos quarenta, registrou-se o mesmo processo. Finalmente, nos anos sessenta, os altos níveis de migração para os estados de Mato Grosso e Goiás mostram claramente que estes assumiram, em termos relativos, o papel de principais centros de migração, antes desempenhado pelo Paraná, no Sul.

[...] Finalmente, a região Centro-Oeste, representando a nova fronteira do Brasil, rapidamente substituiu o Sul industrializado, como centro predominante de migração no período pós-guerra. Isto também ressalta a contínua importância da migração do campo para o campo, no recente crescimento econômico do Brasil.” (1984, p. 22).

Na década de 50 para a de 60 o então estado de Mato Grosso apresentou um crescimento populacional de 74,36%, segundo o “Dicionário Geográfico Brasileiro (1972)”. Mesmo com este percentual, em 1960, Mato Grosso tinha 1.395.000 habitantes e era a quarta região brasileira entre as com a densidade demográfica mais reduzida. Sendo que nesta época a Capital, Cuiabá, continha apenas 59.000 mil habitantes e Campo Grande era o maior centro comercial de Mato Grosso com 72.249 mil pessoas. Dourados possuía uma população de 84.955 mil residentes, tendo a agricultura e a pecuária como principais atividades econômicas, além de ser a municipalidade mais populosa de Mato Grosso Uno (Idibem).

Contudo, os trabalhadores deslocaram-se sobremaneira nesta segunda metade do século vinte para as zonas urbanas, tanto do interior das cidades do Estado como de outras localidades do Brasil para as zonas urbanas dos municípios que atualmente formam Mato Grosso do Sul. Prova disso é que em 1960 a cidade de Dourados tinha quase 85 mil habitantes e a maioria, ou seja, mais de 65 mil residiam no campo. No Censo de 2000, da FIBGE, o município de Dourados estava com 164.950 pessoas, mas aproximadamente 90% da população concentrava-se na cidade de Dourados, e não mais no interior deste município. Campo Grande tinha em torno de 70 mil habitantes na década de 60 do século XX, passando para aproximadamente 250 mil em 1977 (CAMPO GRANDE..., 1977, p. 4) e em 2000 tendo mais de 660 mil pessoas segundo o Censo 2000, mas também pela contribuição de migrantes e de imigrantes para esse significativo acréscimo populacional de nove vezes em quarenta anos. No entanto, em 1960 o município tinha 7.315 pessoas no campo e em 2000 havia 7.707, ou seja, um incremento de 392 habitantes. Já na zona urbana de Campo Grande o acréscimo populacional foi mais de meio milhão nesses quarenta anos.

Em dados gerais, no ano de 1970 a população do sul de Mato Grosso era de 1.010.731, sendo 460.137 mil residentes nas cidades e 550.594 mil no campo. Em 1983, após a divisão de Mato Grosso e a criação de MS pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, havia 1.656.883 habitantes em Mato Grosso do Sul, mas as zonas rurais tinham diminuído sua população, somando 506.052 mil pessoas. Com as zonas urbanas ocorreu o contrário, pois tiveram um acréscimo de mais de 500 mil habitantes, totalizando 1.150.831 indivíduos, conforme consta no “Parecer sobre as Contas do Governo do Estado (1983)”.

Com a importância do sul de Mato Grosso, agora Mato Grosso do Sul, em especial nos setores da agricultura, da pecuária e do comércio, a divisão deste que fora o segundo maior Estado do Brasil originou a criação de um *Estado Modelo* para a nação brasileira. O “sonho” tornou-se

“realidade”. E como um dos objetivos governamentais, mas não apenas dos governos militares, era (ainda) o de povoar este Oeste do Brasil muita “propaganda” foi feita para realizar este “sonho” e torná-lo uma “realidade”, e isto trouxe milhares de migrantes para Mato Grosso do Sul.

De 1972 até 1980 adentraram no Estado, sobretudo através da cidade de Campo Grande, em torno de 500 mil migrantes (MIGRAÇÃO..., 1982, p. 11), tanto pelo transporte rodoviário como pelo ferroviário, sendo que 400 mil permaneceram em Mato Grosso do Sul, ou seja, 80% do total. Estes migrantes eram oriundos em quantia mais significativa dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Nordeste de onde chegavam diariamente em média de 30 a 40 pessoas a procura de trabalho no município de Campo Grande no ano de 1978. (MIGRAÇÃO..., 1978, p. 6). O que pode ser explicado, em parte, pois MS era visto como um local onde o trabalhador-migrante poderia enriquecer mais ligeiro do que em outros locais, como a cidade de São Paulo que tinha recebido muitos com o objetivo de arrumar trabalho, segundo entrevista com um nordestino que morou na Capital paulista mais de trinta anos e depois deslocou-se para Campo Grande por ter conseguido trabalho em uma indústria.

Nesta perspectiva, os trabalhadores-migrantes que o estado de MS recebeu consistiu em pessoas que tinham

“[...] três características distintas: ou são agricultores do Sul do País, em busca de terras mais produtivas para o cultivo de soja (monocultura) ou são pequenos agricultores e/ou trabalhadores rurais em busca de pequenas áreas de cultivo e/ou emprego rural e por último, pessoas de outros centros urbanos em busca de melhores chances.

O primeiro grupo encontrou o que procurava, tanto assim que aumentou a área cultivada da soja; o segundo e o terceiro grupo encontrou dificuldades, porque a estrutura agrária do Estado ainda é constituída em grande parte de latifundiários e também o setor industrial é incipiente, trazendo com isso modificações no quadro econômico, financeiro e social do Estado. Em consequência, fez-se necessário uma ação governamental para solucionar problemas sociais decorrentes dessa migração em termos de amparo, orientação e colocação de migrantes em serviços compatíveis com suas formações.

O Censo de 1980, segundo o FIBGE, constatou que o crescimento demográfico em comparação ao de 1970, ficou em 37,4%.” (MATO GROSSO DO SUL, 1983, p. 11).

Referente aos migrantes-trabalhadores com condição financeira mais estável, estes chegavam a procura de terras, sobretudo pelo valor que estava mais acessível do que em alguns Estados. As municipalidades de São Gabriel do Oeste e de Chapadão do Sul são exemplos, pois trabalhadores-migrantes adquiriram terras ao longo do século XX e posteriormente com a formação de núcleos populacionais voltados majoritariamente para as atividades agrícolas e/ou pecuárias estes espaços tornaram-se municípios com formação populacional predominante de trabalhadores-migrantes de

outros Estados, seja de paulistas, catarinenses ou gaúchos. Quanto ao restante, ou seja, a maior parte dos trabalhadores-migrantes, estes “invadiram” Mato Grosso do Sul para lutar por melhores condições de vida por meio do trabalho, em especial o ligado ao setor da agricultura e da pecuária, que ainda são a base da geração de renda e de trabalho em MS.

Por isso, os trabalhadores-migrantes, sejam de quais outros Estados brasileiros forem, foram (e continuam sendo) essenciais para o desenvolvimento do *Estado Modelo*. Para comprovar isto basta ir até uma indústria, uma fazenda, uma construtora ou até mesmo falar com alguns vizinhos residentes no mesmo bairro que o seu ou na chácara mais próxima, para quem mora em MS, e solicitar a tais trabalhadores que digam quais seus municípios de origem. Alguns serão naturais de muitas cidades do Estado, sem dúvida. Mas com muita probabilidade de acerto outros tantos dirão serem de São Paulo, Minas Gerais, do Nordeste ou de outros locais do Brasil.

Então, Mato Grosso do Sul ainda continua sendo construído pela força de trabalho de migrantes, que se engajam em tarefas que muitas vezes são árduas e de difícil reconhecimento. Varrer a rua é uma delas e a gari cearense realiza isto durante a maioria das semanas do ano na cidade de Sidrolândia. Por isso, estas “tarefas” contribuíram com algumas melhoras e outras que estão sendo paulatinamente realizadas, sendo a Capital Morena um belo e sólido exemplo, afinal, e provavelmente o cidadão atento ao seu cotidiano já deva ter percebido, até mesmo pelo fato de muitos serem trabalhadores-migrantes, de quem é o maior mérito da construção desta cidade, ou melhor, quem construiu, não só no sentido material, tudo isso que hoje é Campo Grande e faz parte de Mato Grosso do Sul? A resposta é mais ampla, mas de modo bem simples pode ser: os trabalhadores, em especial os migrantes.

Considerações finais

As considerações finais evidenciaram que as mulheres ferroviárias e os trabalhadores-migrantes contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que as mulheres ferroviárias foram fator fundamental na permanência dos seus companheiros, fixando assim uma força de trabalho muito necessária nos núcleos da ferrovia, além de realizarem inúmeros trabalhos diretamente ligados ao cotidiano ferroviário, mas oficialmente não reconhecidos pela Empresa. Quanto aos trabalhadores-migrantes, estes adentraram em MS com o objetivo de conquistar por meio do trabalho sua subsistência e uma posição social melhor do tinham em seus locais de origem ou de onde habitavam.

Através desta pesquisa constatou-se, preliminarmente, que apesar da importância destes sujeitos como agentes históricos, os mesmos permaneceram apenas como alicerces de uma construção social, sem virem à luz seus feitos, pois estas mulheres ferroviárias e estes

trabalhadores-migrantes foram apenas suportes para a projeção de (outros) agentes que tinham “status” socialmente mais valorizados.

Referências bibliográficas

1. CAMPO GRANDE, capital na lei e no progresso. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 4, 12 out. 1977.
2. **ENTREVISTAS** concedidas aos autores através de 10 (dez) depoentes. Campo Grande e Sidrolândia, MS, Brasil, do dia 11 de outubro de 2002 a 21 de dezembro de 2002.
3. **FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (FIBGE)**. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2002.
4. GLOBO. **Dicionário Geográfico Brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 115 e 183.
5. GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. **Migrações internas no Brasil: 1872-1970**. São Paulo: IPE-USP/CNPq, 1984.
6. MATO GROSSO DO SUL (Estado). Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. **Parecer sobre as Contas do Governo do Estado**: 1983. Relator: Conselheiro Nelson Benedito Netto. Campo Grande, 1983, p. 1-31.
7. MIGRAÇÃO: futuros problemas sociais e econômicos para MS. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 6, 26 jan. 1978.
8. MIGRAÇÃO: o fluxo aumenta 100% este ano. **Correio do Estado**, Campo Grande, p. 11, 7 abr. 1982.
9. POSSAS, Lidia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista**. Bauru: EDUSC, 2001.